

## **Quando os grandes morrem: vida exemplar e culto a memória da morte de monarcas e prelados**

Luciana Onety da Gama Sobral<sup>1</sup>

O medo da morte e a preparação para bem morrer enquanto temas pedagógicos conheceram um grande impulso após o Concílio de Trento. Durante os séculos XVII e XVIII em Portugal e no Brasil, houve intensa circulação de textos cuja temática era a morte, especialmente na forma de manuais de bem morrer, sermões e orações fúnebres, o que evidencia uma prática de leitura cultivada e habitual no período em questão<sup>2</sup>. Segundo Ana Cristina Araújo, “*esta retórica da morte barroca atinge seu ponto culminante na época de D. João V*”, ainda que desde a época de D. Pedro II já viesse adquirindo grande relevância social<sup>3</sup>. A autora afirma que o período de 1690 a 1750 foi o que mais assistiu à elaboração de obras encomiásticas que louvavam a proeza e as histórias de vida dos varões portugueses<sup>4</sup>. Através do culto à memória de seus mortos, a nobreza dilatou seu patrimônio simbólico e reafirmou seu *ethos* no seio da sociedade de corte<sup>5</sup>.

Sermões e orações fúnebres eram proferidos, quase que exclusivamente, em missas de corpo presente ou nas exéquias de grandes vultos, como prelados, reis e papas. Os textos poderiam ser reunidos ou desmembrados para publicação, existindo casos em que decorria um

---

<sup>1</sup> Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia. Professora da Universidade Federal da Bahia e da Rede UNIJORGE de Ensino/BA.

<sup>2</sup>ARAÚJO apresenta uma extensa lista dos manuais de bem morrer publicados em Portugal durante os séculos XVII e XVIII. ARAÚJO, Ana Cristina B. **A morte em Lisboa**, pp. 462-469; VAINFAS informou que “*foram publicados 129 títulos e 261 edições de manuais de bem morrer*” em Portugal no mesmo período analisado por ARAÚJO. VAINFAS, Ronaldo (Dir.). **Dicionário do Brasil colonial (1500-1800)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 410; BELO mostrou que os anúncios de sermões impressos e orações fúnebres ocupavam o terceiro lugar geral entre as obras mais divulgadas em Portugal durante a primeira metade do século XVIII, perdendo apenas para os textos de ascese, mística, devoção e catecismo e para a “*história profana*”. Cf. BELO, André. **As gazetas e os livros: a Gazeta de Lisboa e a vulgarização do impresso (1715-1760)**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2001, p. 84; MARQUES encontrou um total de 1259 sermões portugueses publicados entre os séculos XII e XIX, sendo que 431 circularam apenas nos séculos XVII e XVIII. Cf. MARQUES, João Francisco. Oratória sacra ou parenética. In: AZEVEDO, Carlos Moreira de. (Dir.) **Dicionário de História religiosa de Portugal**. Centro de Estudos de História religiosa da Universidade Católica Portuguesa. Porto: Círculo de Leitores, 2000, p. 153;

<sup>3</sup>ARAÚJO, Ana Cristina B. **Morte, memória e piedade barroca...**, p. 135.

<sup>4</sup>Baseando-se em inventário realizado em 1850, ARAÚJO asseverou que 86 obras foram escritas entre 1690 e 1750 destinadas a elogios e epítomes de nobres. Destas, 4 foram publicadas até 1720 e 82 entre 1720 e 1750 Cf. ARAÚJO, Ana Cristina B. **Morte, memória e piedade barroca...**, p. 139.

<sup>5</sup>*Id ibidem*, p. 139.

dilatado lapso temporal entre o evento abordado e sua publicação<sup>6</sup>. A elaboração e divulgação de obras referentes às pompas fúnebres sofreu controle rígido por parte das autoridades eclesiásticas, especialmente após Trento, o que salienta sua importância e denota o espaço no campo da construção ideológica que ocupavam. Seguindo as diretrizes tridentinas, as Constituições Primeiras determinaram que

se não fação nas Igrejas Eças, ou tumbas, nem armem as Igrejas, ou Capellas; nem haja Sermão, Oração, ou Pratica nas taes exequias, excepto nas do Summo Pontifice, Reis deste Reino, e Prelados, sem licença nossa, a qual não daremos sem muita consideração do estado, e qualidade do defunto<sup>7</sup>

O texto era explícito ao afirmar que a autorização oficial da Igreja dependia de “*muita consideração*” acerca do pedido e da “*qualidade do defunto*” que era auferida através de sua posição social e títulos outorgados em vida, ou de seu papel como membro de uma destacada família, tornando aquele morto digno de receber as honras legítimas a alguém de sua posição. Nesses casos, a pompa fúnebre não só era chancelada pela Igreja, mas desejável como última homenagem ao morto que com seu exemplo de vida e morte, deixava um legado importante para a comunidade de fiéis<sup>8</sup>. A morte dos grandes ensejava uma série de preparativos em honra da memória de seus feitos virtuosos e de sua morte exemplar: as exéquias. Essas podiam ocupar dias e até semanas de intensas celebrações e apesar de muitas vezes o morto nunca ter estado presencialmente no local onde era homenageado, sua posição e fama o precediam, sendo o suficiente para que recebesse as devidas homenagens. Mas, normalmente, a homenagem perpassava o morto e dirigia-se, na verdade, a um parente vivo importante.

Seguindo a lógica do período, se o Reino celebrava o morto, todo o império deveria, por submissão ao monarca, fazer o mesmo. As pompas fúnebres, que incluíam sermões, orações, sonetos, poemas, glosas, acrósticos, dentre outros, faziam parte do corolário de obséquios próprios a alguém de alta posição, distinguindo os melhores e reafirmando a hierarquia social

A morte dos grandes, com seu aparato cerimonial, constituía motivo de atracção popular. Manifestação póstuma de vaidade e prestígio, o desfile fúnebre recapitulava o sentido da distinção social pela exibição de rígidos

<sup>6</sup> FERREIRA cita o exemplo da oração fúnebre proferida pelo padre Eusébio de Matos em 14/07/1672 na Sé da Bahia em honra ao Bispo do Brasil D. Estevão dos Santos, mas que só saiu impressa em 1735 Cf. FERREIRA, Valéria Maria P. **Retórica das lágrimas: sermões e orações fúnebres na Bahia do século XVII**. 2007. 274 p. Tese (Doutorado em Literatura Comparada). PPG em Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. p. 209.

<sup>7</sup> DA VIDE, Sebastião M. **Constituições Primeiras...**, Livro IV, Tít. LII, 840, p. 294.

<sup>8</sup> FERREIRA, Valéria Maria P. *Op cit.*, p. 209.

códigos de etiqueta inspirados na vida da corte [...] os reflexos que esse cerimonial acabou por ter nos obséquios da gente comum realçam o próprio *ethos* de uma sociedade de corte, atraída e contaminada pelo poder disciplinar e simbólico da corte<sup>9</sup>

Quando o morto era parte da realeza entronada, as pompas eram redobradas ao máximo, como última homenagem prestada àquele que ocupara um cargo proeminente chancelado pelo Estado e outorgado por Deus. Configurava-se assim, no “*último rito de submissão colectiva*”, derradeiro ato de fidelidade compartilhada entre súditos de todos os níveis hierárquicos, uma obrigação e uma honra<sup>10</sup>. Segundo Maria Paula Lourenço, em Portugal, os séculos XVII e XVIII assistiram uma escalada vertiginosa nos ritos de passagem que preparavam o morto para sua incorporação no além túmulo. As exéquias da Família Real, “*perpetuavam para além da vida, o elogio e a imagem exemplar da dinastia reinante, na circunstância, a brigantina*”<sup>11</sup>. Uma oportunidade ímpar de publicar aos quatro ventos, toda a glória, riqueza, força e poder dos Bragança. Esse investimento em propaganda política-ideológica ficou patente durante as exéquias da rainha D. Maria Sofia Isabel, falecida em 1699 aos 32 anos de idade, vítima de erisipela, tendo exercido por 12 anos o título de rainha de Portugal.

Os anos de 1640 a 1668 foram marcados pelas guerras de restauração, em que Portugal tentava reaver o trono português, sob a monarquia dos Habsburgos de Espanha desde 1580. D. Afonso VI liderou as lutas pela retomada da autonomia portuguesa, mas sua pública debilidade física e mental, além de sua atestada incapacidade reprodutiva, levou seu irmão, o infante D. Pedro II, a usurpar-lhe a coroa, garantindo assim, a vitória dos Bragança frente aos Filipes de Espanha. Além disso, anulou o casamento do irmão com D. Maria Francisca Isabel de Sabóia após sagrar-se rei de Portugal e desposou a cunhada que lhe deu uma filha, D. Isabel Luísa Josefa. De saúde muito frágil, desde cedo, a infanta deu indícios de que não viveria muito, nem conseguiria garantir a linha sucessória do trono português, o que se confirmou com sua morte precoce aos 21 anos em 1690, vítima de varíola (bexigas). D. Pedro II que enviudara em 1683, após quatro anos ainda não manifestava o desejo de contrair novas núpcias. Conforme a saúde de D. Isabel Luísa ia degradando-se, tornava-se *mister* que o rei escolhesse uma nova rainha que pudesse assegurar-lhe descendência capaz de garantir a permanência da família real bragantina no poder, outrora dominada pelos espanhóis.

---

<sup>9</sup>ARAÚJO, Ana Cristina B. **Morte, memória e piedade barroca**, p. 134.

<sup>10</sup>*Id ibidem*, p. 129.

<sup>11</sup> LOURENÇO, Maria Paula M. Morte e exéquias das rainhas de Portugal (1640-1754). In: **Barroco: Actas do II Congresso Internacional**. Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio, 2003, p. 579.

Em 06 de janeiro de 1685, Dia de Reis e aniversário de 16 anos de D. Isabel Luísa, Conselheiros de Estado, com o apoio do núncio papal e de outras grandes autoridades portuguesas, expressaram todo o seu descontentamento com a delongada viuvez real e pediram oficialmente ao monarca que contraísse novo matrimônio; esse, porém, mantinha-se irredutível, aumentando a tensão na corte palaciana<sup>12</sup>. A situação tomou-se insustentável, tomando proporções de crise diplomática, levando o Papa Inocêncio XI a enviar breve papal exortando firmemente o rei a casar-se para que assim “*segurasse a sua Real descendencia, da qual se seguia universal contentamento aos seus Vassallos, e socego à Christandade*”<sup>13</sup>. Cedendo às pressões, D. Pedro II aceitou a indicação da jovem condessa palatina alemã D. Maria Sofia Isabel como segunda esposa<sup>14</sup>. Nascida a 6 de agosto de 1666, tinha vinte anos quando foi cogitada a assumir o posto de consorte real. O contrato foi assinado a 22 de maio de 1687 em Heidelberg e o casamento realizado a 2 de julho, por procuração, na capela eleitoral da mesma cidade. Em princípios de maio a rainha embarcou rumo a Portugal, onde aportou em 12 de agosto. Desde sua chegada, D. Maria Sofia foi recebida pelos portugueses como uma “tábua de salvação” capaz de livrar Portugal dos fantasmas de um trono vacante. A expectativa em torno de seu papel como perpetuadora da dinastia dos Bragança era enorme, conforme atestou frei Archanjo de Aragão durante sermão recitado no Convento de Thomar, em dia de ação de graças pela feliz chegada da nova rainha

Para inteira perfeição de hum Reyno convem muito Rainhas, por serem diademas resplandcentes dos seus Princepes, constituindo prosápias mediante o amor conjugal [...]. Attendei, Senhor, a tantas preces, & gratificações, dandonos Princepes, que nos amem, que vos venerem, &

---

<sup>12</sup> “*Que o Conselho de Estado junto na sua Real presença pedia fosse Sua Magestade servido de apressar o importante negocio do seu casamento; porque em a sua Real sucessão estavam em perigos os seus Reynos, pois a necessidade, que havia do seu effeito, não era sómente do Conselho de Estado, porque era commua a todos os seus Vassallos, e tambem à mayor parte da Europa. Que o Nuncio do Papa, e os Ministros Estrangeiros, que residião nesta Corte, lhe tinham referido as diligencias, que Sua Magestade tinham feito da parte dos seus Amos. E assim o Conselho de Estado confiadamente esperava de um Principe tão prudente, como era Sua Magestade, que obedecesse ao Papa, e satisfizesse aos Reys seus parentes, e Alliados, amparando, e remediando assim a huns Vassallos, que com trabalho mais, que ordinário, buscarão na pessoa de Sua Magestade a conservação do nome, e da gloria portugueza [...] que em dia de Reys fossem aos Reaes pés de Sua Magestade pedir-lhe felicíssimos Reys para este Reyno*”. Cf. SOUSA, D. Antonio Caetano de. **História genealógica da Casa Real portugueza: desde a sua origem até o presente**. Livro VII. Lisboa Occidental, Officina Sylviana, e da Academia Real, 1740, pp. 473, 480.

<sup>13</sup> *Id ibidem*, p. 480.

<sup>14</sup> A escolha não foi exatamente do rei, mas de seu Conselho de Estado, que após avaliar algumas candidatas, sugeriram o nome de Maria Sofia devido à professa fertilidade de seus pais que geraram 23 filhos, sendo 17 saudáveis.

servão, que sendo para vós, serão para os vassallos, Princeses, que vivem em graça, penhor da gloria<sup>15</sup>

O papel de progenitora era, sem dúvida, o mais importante a ser desempenhado por D. Maria Sofia e ela o cumpriu com maestria; apenas um ano após seu casamento, deu à luz seu primeiro filho, D. João, que faleceu duas semanas depois, porém, engravidou logo em seguida, gerando um total de sete filhos: cinco infantes e duas infantas. Entrou para a história de Portugal como aquela que salvou o trono de cair novamente em mãos estrangeiras, garantindo a perpetuação da Casa de Bragança através do nascimento de seu segundo filho, o príncipe herdeiro, D. João V.

D. Maria Sofia viveu numa época em que as mulheres nobres sabiam perfeitamente qual seu lugar e função social, definidos através de acordos políticos-diplomáticos desde seus nascimentos. Certa feita, ela pediu ao padre Antonio Vieira, por quem nutria profunda admiração, que rogasse a “*meu grande Santo Xavier*”<sup>16</sup>, de quem era devota, que lhe abençoasse para que pudesse continuar sua missão de rainha e mãe de príncipes: “*para que possa segurar com elle a vida, e saúde del Rey, meu Senhor, a dos Principes meus filhos, e sua boa educação, e os augmentos desta Monarchia*”.<sup>17</sup> Em pouco tempo, a rainha ganhou a admiração e o respeito de seus súditos, ainda que esses obséquios lhe fossem próprios, independente de sua participação em cativá-los. Portanto, não é de admirar que sua morte tenha sido das mais lamentadas em Portugal e por todo o império. Sobre o alcance da reputação de D. Maria Sofia Isabel, o Arcebispo de Cranganor (Índia), D. Diogo na Anunciação afirmou em sermão pregado na Misericórdia de Lisboa que

As admiráveis acçoens de S. Magestade na visinhança do Sol a fizerão Lua chea de resplandores, porque forão heróicas as suas virtudes. Estendeo-se pelo seu Imperio a fama das suas excellencias, & aonde não chegou a sua Real presença, lá se ouvirão os eccos da sua gloria. Todo o mundo foy o theatro das suas acçoens, porque a todo o mundo chegou a noticia da sua piedade<sup>18</sup>

---

<sup>15</sup> ARAGÃO, Frei Archanjo de. **Sermam gratulatorio, e panegyrico na prospera, y suspirada vinda da Serenissima Senhora Maria Sofia Isabel Rainha de Portugal**. Lisboa, na Officina de Joam Galram, 1688, pp. 13, 14.

<sup>16</sup> Carta de D. Maria Sofia Isabel datada de 28/2/1695 de Lisboa, endereçada ao padre Antonio Vieira, em agradecimento pelo livro de Sermões de São Francisco Xavier com o qual este havia lhe presenteado. In: MONTEIRO, Francisco Antonio. **Cartas do Padre Antonio Vieira da Companhia de Jesus**. Tomo Terceiro. Lisboa, Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1746, p. 420.

<sup>17</sup> *Id ibidem*, p. 423.

<sup>18</sup> **Oraçam fúnebre nas exéquias reaes da Serenissima Rainha de Portugal S. Maria Sofia Isabel N. Senhora, celebradas na Real Casa da Misericordia de Lisboa, aos 11. de Setembro de 1699**, disse-a o Arcebispo de Cranganor D. Diogo da Anunciação Justiniano, do Conselho de Sua Magestade; oferecida ao Serenissimo Principe Dom Joam N. S., Lisboa, na Officina de Miguel Deslandes, anno de 1699, p. 24.

Sua morte desencadeou homenagens que ecoaram por todo o império português, sendo uma das personagens reais mais celebradas após a morte. Inúmeros sermões, orações fúnebres e obras panegíricas foram-lhe dedicadas o que demonstra a extensão de sua fama e o investimento na tarefa de imortalizar sua memória. Surpreendentemente, o número de obras dedicadas às exéquias da consorte real D. Maria Sofia é maior que as oferecidas ao próprio rei D. Pedro II<sup>19</sup>.

Os sermões e orações fúnebres em sua homenagem estão repletos de elementos encomiásticos e retóricos que fazem comparações da rainha com a Estrela D'Alva, a lua, a personagens bíblicas (Lia, Raquel, Sara, dentre outras) e até santas. Os frutos de seu ventre foram adjetivados aos sete sacramentos, a astros resplandecentes e jóias valiosas. A idade da morte de Maria Sofia foi igualada à idade perfeita, segundo São Paulo, que é a mesma de Cristo quando morreu (ainda que a rainha tenha morrido dois dias antes de completar 33 anos!) e, por ter desposado um homem por nome Pedro, é igualada à própria Igreja Católica, historicamente alicerçada sob os auspícios do apóstolo São Pedro, o detentor das chaves do reino de Deus e primeiro papa. Deixou registrado seu desejo de ser enterrada trajando o hábito de São Francisco, derradeiro ato simbólico de humildade e resignação que marcava o fim de uma vida faustosa como rainha e o início de uma nova vida despojada de bens materiais, tal qual uma religiosa de vida monástica<sup>20</sup>. Todas as obras póstumas dedicadas a Maria Sofia apresentam em comum três pontos fulcrais: a linguagem panegírica de exaltação das virtudes piedosas manifestas em vida pela rainha servindo de objeto de emulação; seu papel impecável como mãe e educadora e sua preparação para uma boa morte.

A fama de bom exemplo cristão da rainha também chegou a Cidade da Bahia, conforme se infere do sermão pregado pelo jesuíta Domingos Ramos na catedral da Sé em março de 1700, oferecido ao monarca viúvo pelo governador do Brasil, D. João de Alencastre. Desde o início, o sermonista deixou claro que sua motivação era a gratidão à consorte real

E eu que farei panegirista rude em hua matéria de tão grande empenho? Confesso, que são tão altos, & relevantes os merecimentos que devo engrandecer, que tudo quanto me ocorre de encarecimentos, me parecem diminuições. Direi com tudo quanto posso, ainda que não diga quanto devo.

---

<sup>19</sup>Até o presente momento, conseguimos compulsar 22 obras dedicadas a D Maria Sophia e onze a seu esposo, D. Pedro II de Portugal.

<sup>20</sup>LOURENÇO, Maria Paula M. *Op cit.*, p. 582.

O meu fim neste Sermão he, mostrar o muito que deve Portugal a esta Soberana Rainha<sup>21</sup>

Ramos enfatizou a importância da rainha como mantenedora do trono e não cansou de exaltar o que considerava sua maior virtude, algo para o qual estava predestinada desde o nascimento: gerar príncipes saudáveis para Portugal

O que eu sey, he que hua Sophia edificou a soberana, & sempre Augusta caza de Portugal. Estavão pouco firmes os fundamentos da caza, (porque caza Real sem filhos he caza sem fundamentos) vacillavão as paredes, que são as esperanças; podia cair, ou descair o telhado do lugar mais alto a outro menos digno: Sophia que fez? Teve mão ha caza, reparou-a, restaurou-a, levantou-a, edificou-a: *Aedificavit domum*. E de que modo? O modo diz a Escritura: *Excidit columnas septem*: lavrando sete columnas, que forão sete Principes, columnas firmes, que sustentão a machina das Monarchias<sup>22</sup>

Percebe-se o esforço na construção da imagem de uma nobre senhora que acima de tudo, serviu abnegadamente à pátria a qual abraçou e que através da maternidade exercida de forma devota e piedosa fortaleceu a monarquia portuguesa trazendo a almejada tranquilidade a seus súditos. Por fim, ressaltou o jesuíta o exemplo de bem morrer deixado pela rainha

Morreo desfazendose toda em actos de contrição, mais abrazada nos incêdios do divino amor, do que na mesma febre, que padecia. Confessouse com muita exacção, & devação: pedio ella mesma o Santissimo Viatico, que recebeo com admiráveis demonstrações de fé, esperança, & caridade: & pouco depois da extrema Unção se escondeo, como Estrella d'alva felicíssima, entre os rayos benignos do divino Sol. Assim morreo, como quem nace para mais viver [...]. Tal vida não pedia outro modo de morrer, senão como morre a Estrella d'alva, para mais luzir, & para mais viver [...]. Cada hu morre, como vive: o que foi na vida, isso he na morte: quem viveo, & brilhou neste mundo com as luzes da virtude, como Estrella d'alva, com tanto se ha de achar no fim de sua vida<sup>23</sup>

A rainha defunta aparece nos sermões e orações fúnebres ora como protetora, ora como intercessora por seus filhos, pelo rei e por toda a nação portuguesa junto a Deus; teria ela apenas trocado de corte, da terrena para a celestial: *“Não he isto estar là no Ceo favorecendo ao seu Reyno de Portugal? Porisso eu digo, que ainda está vivendo, & olhando*

---

<sup>21</sup>Sermam nas exéquias da Raynha N. S. D. Maria Sophia Isabel, celebradas na Cathedral Metropolitana da Cidade da Bahya aos 31. de Março de 1700, que pregou o Padre Domingos Ramos da Companhia de Jesu, Lisboa, por Bernardo da Costa de Carvalho, 1702. p. 5.

<sup>22</sup>*Id ibidem*, p. 12.

<sup>23</sup>*Id ibidem*, pp. 27, 32.

para a terra de sua sepultura”<sup>24</sup>. D. Maria Sofia Isabel pôs termo à crise sucessória portuguesa e, segundo seus panegeristas, foi um exemplo de mãe devotada à formação do futuro monarca, encarregando-se de ensinar e dar bom exemplo como boa mulher cristã. Maria Sofia deixou sua pátria-mãe e casou-se com um império. Prestou um serviço de máxima relevância para a nação portuguesa, deixando sua marca na corte e sobre seus súditos; fez história, por isso, não admira que tenha sido tão festejada na morte quanto foi admirada em vida.

Toda a nação portuguesa chorou a morte da rainha e suas exéquias criaram um ambiente propício ao reexame interior e a contrição espiritual, oferecendo um ganho significativo no quesito espiritual. A Igreja uniu-se ao poder secular para honificar os símbolos nacionais, cristalizando as hierarquias políticas e sociais e fortalecendo o poder eclesiástico, usando as honras fúnebres da rainha como exemplo catequético superlativo, nos moldes da sensibilidade religiosa barroca setecentista e oitocentista, pautada na pedagogia da morte.

Mas não foi apenas a morte da rainha Maria Sofia que se transformou em evento rico em símbolos religiosos e políticos tanto em Portugal como na Bahia. Algumas altas dignidades eclesiásticas também foram consideradas dignas de receber essas homenagens, como demonstram as exéquias de dois sacerdotes importantes: D. Fr. João da Madre de Deus, primeiro arcebispo a assumir a mitra baiana presentemente e o abade Manoel de Matos Botelho, que jamais esteve na Bahia, mas gozava do privilégio de ser irmão de D. José Botelho de Matos, oitavo arcebispo do Brasil, um dos mais ativos líderes episcopais de sua época, com significativo poder político-representativo junto às autoridades portuguesas<sup>25</sup>.

O sermão dirigido às exéquias de D. Frei João da Madre de Deus foi escrito pelo jesuíta Alexandre de Gusmão<sup>26</sup>. O arcebispo, nascido em Lisboa, assumiu a arquidiocese baiana em maio de 1683 e ficou no cargo pouco mais de três anos, sendo vitimado pelo Mal

---

<sup>24</sup>Sermam nas exéquias da Rainha N. S. D. Maria Sophia Isabel, celebradas na Cathedral Metropolitana da Cidade da Bahia aos 31. de Março de 1700, que pregou o Padre Domingos Ramos da Companhia de Jesu, Lisboa, por Bernardo da Costa de Carvalho, 1702, p. 35.

<sup>25</sup>Sobre as quase duas décadas de atuação episcopal de D. José Botelho de Mattos à frente da mitra baiana, ver: VIVAS, Rebeca C. de S. **Aspectos da ação episcopal de D. José Botelho de Matos sob a luz das relações Igreja-Estado (Bahia, 1741-1759)**. 2011. 144 p. Dissertação (Mestrado em História Social). PPGH-UFBA, Salvador.

<sup>26</sup>Alexandre de Gusmão, juntamente com Antonio Vieira, Antonio de Sá e Eusébio de Matos formaram o quarteto jesuíta dos maiores expoentes da arte sermonística seiscentista e setecentista Cf. SARAIVA, Harrison M. **Alexandre de Gusmão: oração fúnebre nas exéquias de D. João da Madre de Deus**. 2010. 140 p. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira). PPGL da UFMG, Belo Horizonte/MG, p. 31.

da Bicha (febre amarela) a 13 de junho de 1686<sup>27</sup>. Em janeiro do mesmo ano, o oratoriano João Duarte do Sacramento, que seria sagrado segundo bispo da Diocese de Olinda, também havia sucumbido diante da mesma doença que assolou a Capitania de Pernambuco e depois a da Bahia<sup>28</sup>.

A febre amarela foi apenas uma das inúmeras doenças epidêmicas que ocasionaram grande mortandade no Brasil colonial<sup>29</sup>. Após ceifar mais de setecentas vidas em Pernambuco, a doença chegou à Bahia no ano seguinte. Os primeiros baianos vitimados pela doença teriam sido dois homens que após jantarem na casa de uma meretriz, passaram mal e morreram em vinte e quatro horas. Cogitou-se inicialmente tratar-se de envenenamento, mas os sintomas deixaram claro que a Bahia estava diante da peste<sup>30</sup>. O quadro que se desenrolou foi terrível pois segundo Pitta “*se contavaõ os mortos pelos enfermos. Houve dia, em que cahiraõ duzentos, e não escaparaõ dous*”<sup>31</sup>. O medo e a insegurança se espalharam por todos os cantos, vitimando negros e brancos, grandes e pequenos, não poupando nem médicos, magistrados, parentes de autoridades e prelados, transformando a Cidade da Bahia num grande teatro dos horrores com casas cheias “*de moribundos, as Igrejas de cadaveres, as ruas de tumbas*”<sup>32</sup>. A doença, que não fazia distinção racial, social e econômica, atingiu a autoridade máxima da Igreja Católica no Brasil, o arcebispo João da Madre de Deus. Após tão fatídico acontecimento, tornou-se *mister* celebrar sua vida e eternizar seu exemplo de santidade e, especialmente, dar sentido a morte tão desigual.

O sermão dedicado ao arcebispo seguiu o padrão corriqueiro das prédicas de exéquias, criou analogias capazes de explicar de forma clara os fenômenos coevos que tinham ligação com a morte do pontífice. Alexandre de Gusmão buscou nas Escrituras Sagradas,

---

<sup>27</sup> Sobre a epidemia de febre amarela que assolou a Bahia em 1686, seus desdobramentos, a ascensão de São Francisco Xavier ao posto de padroeiro da cidade e as tentativas de construção de uma memória devocional em torno do santo (que mostrou-se ineficaz contra a peste, sendo este o provável motivo de sua impopularidade), ver: SOUZA, Evergton S. S. Francisco Xavier, padroeiro de Salvador: gênese de uma devoção impopular. **Brotéria**, vol. 163, nov/dez 2006, pp. 653-669.

<sup>28</sup> “*Não chegou a tomar posse de sua diocese, porque, no dia em que vierão as Bullas de sua confirmação, estava-se-lhe cantando o officio de corpo presente, na Igreja da Madre de Deos no Recife*” Cf. LUNA, Lino do M. C. **Memoria historica e biographica do clero pernambucano**. Pernambuco, Typographia de F. C. de Lemos e Silva, 1857, p. 85.

<sup>29</sup> A Bahia foi alvo de uma grande epidemia de bexigas (varíola) no ano de 1681, conforme atestam as cartas da Câmara de 25 de abril e de 1º de julho que informam a morte de mais de dois mil escravos Cf. **Cartas do Senado (1673-1684)**, v. 2, pp. 94, 103. Sobre outras epidemias que assolaram o Brasil durante o período colonial, ver: RIBEIRO, Lourival. **Medicina no Brasil colonial**. Editorial Sul Americana, 1971, 211 p.

<sup>30</sup> *Id ibidem*, pp. 428, 429. Esse relato está carregado de disciplina moral, uma vez que associa a casa de uma prostituta com o foco da epidemia que, de imediato, teria ceifado duas vidas que haviam compartilhado de sua mesa e, provavelmente, usufruindo de sua companhia.

<sup>31</sup> *Id ibidem*, p. 429.

<sup>32</sup> *Id ibidem*, p. 429. Sobre o impacto escatológico da epidemia de febre amarela de 1686, SOUZA afirmou: “*Aos homens da cidade da Baía de Todos os Santos restava o recurso às preces e súplicas aos céus. Delas os homens esperavam maior eficácia*” Cf. SOUZA, Evergton S. **S. Francisco Xavier...**, p. 657.

especialmente no Velho Testamento, personagens e situações que pudessem dar sentido aos eventos ocorridos e estabeleceu uma relação cautelosa entre o falecimento do arcebispo e o fim da peste, ciente de que no caso de Pernambuco, nem mesmo a morte do prelado determinou o fim da epidemia. O predicador firmou similitudes entre a peste e a figura de um matador e entre o arcebispo e o sumo sacerdote, cargo máximo na hierarquia religiosa hebraica<sup>33</sup>. Segundo a lei mosaica, quando alguém matasse uma pessoa por acidente, sem premeditação, esse poderia se abrigar numa cidade-refúgio até a morte do sumo sacerdote, escapando assim da vingança dos familiares da vítima, uma vez que vigorava entre os hebreus o direito de pagar uma morte com outra<sup>34</sup>. Falecido o sumo sacerdote, o assassino não intencional, poderia retornar a sua vida anterior, pois a morte do líder religioso expiava o pecado da comunidade. Era de se esperar, portanto, que com a morte de frei D. João da Madre de Deus, o sumo sacerdote do Brasil, a peste arrefeceria, o que não aconteceu. Logo, cabia ao sermônista explicar as razões dessa aparente incongruência.

De início, o sermão associou o surgimento da epidemia com a conduta réproba por parte de cidadãos baianos, pois as primeiras vítimas mantinham relacionamento com uma prostituta. Essa relação entre a má conduta e o ônus decorrente era primordial para explicar os motivos da doença se disseminar sem tréguas, ceifando centenas de vidas, especialmente, a do arcebispo<sup>35</sup>. Ela seria uma resposta do Deus-Pai, disciplinador e justo, às atitudes anticristãs dos moradores da Bahia, uma espécie de ritual purificador necessário ao restabelecimento da boa relação entre Deus e os homens, mormente arrependidos de suas condutas vis<sup>36</sup>. Também

---

<sup>33</sup> O sumo sacerdote era um homem da mais alta dignidade, de conduta ilibada, escolhido por Deus para assumir o cargo. A maior prova de sua santidade era que apenas ele estava autorizado a adentrar anualmente no Santíssimo, câmara mais recôndita do tabernáculo, que abrigava as maiores relíquias da religião hebraica: a Arca do Pacto feita entre Deus e Moisés que entesourava um vaso com maná, alimento que foi dado desde os céus pelo Criador simbolizando a promessa de Deus em prover a subsistência a seu povo, as duas tábuas dos doze mandamentos, primeiro código de leis escritas do povo hebreu e a vara florescente de Arão, primeiro sumo sacerdote, símbolo da intervenção divina na escolha do eleito para assumir o cargo. No sermão de GUSMÃO, ele estabelece comparação entre o maná e o Santíssimo Sacramento e entre a Arca do Pacto e a Virgem Santíssima: “O Maná, não he este Divino Sacramento? A Arca de Deos, não he a Santissima Virgem? não se orou tantas vezes diante deste Maná, & diante desta Arca?”. Cf. **Sermão que pregou na Cathedral da Bahia de Todos os Santos o P. Alexandre de Gusmam [...] nas exéquias do Illustrissimo Senhor D. Fr. Joam da Madre de Deos [...]**. Lisboa, na Officina de Miguel Manescal, 1686, p. 4.

<sup>34</sup> O tema predicável do sermão de Gusmão foi extraído do Velho Testamento, **Livro dos Números, cap 35, vers. 9-12**: “*Remanebitque ibi homicida, donec Sacerdos magnus moriatur; postquam autem ille obierit, revertetur homicida in domum suam*”(O homicida deve permanecer na cidade de refúgio até a morte do sumo sacerdote, somente após a sua morte poderá voltar à terra de sua possessão).

<sup>35</sup> “*Nestas dissensões, e ódios, se passava na Bahia, quando provocada a Divina Justiça pelos pecados do Brasil, desembainhou a espada [...]. Vio-se a Bahia hum teatro da morte, tocando a cada hora os sinos à sua victoria, e vendo-se a cada passo a funesta tumba seguida de lagrimas, e suspiros*”. Cf. **Vida do apostolico Padre, p. Antonio Vieyra [...] pelo P. Andre de Barros**. Lisboa, na nova Officina Sylviana, 1746, p. 457 (grifo nosso).

<sup>36</sup> As respostas deveriam vir da espiritualidade, como era de se esperar numa época em que a mundividência era quase que em sua totalidade circunscrita ao universo religioso, até mesmo para os praticantes das ciências exatas, como o médico João Ferreira da Rosa. Para explicar a permanência da peste por mais de sete anos em terras

era fundamental esclarecer o motivo da não cessação da doença mesmo após a morte do arcebispo e do grande investimento em novenas diante do Santíssimo Sacramento e da Virgem Maria, procissões, proclamação de São Sebastião, São Gonçalo e São Francisco Xavier como intercessores perante a epidemia e a elevação do último à posição de padroeiro da Cidade da Bahia<sup>37</sup>.

Gusmão apontou como motivo da permanência da epidemia a insistência no pecado em meio aos moradores da Bahia e aproveitou para instruir através do exemplo do pastor virtuoso na pessoa do arcebispo morto. Fundamental era fazer com que os fiéis demonstrassem o arrependimento que conduz à reforma de costumes, salientando que essa era a única forma de livrar a cidade da peste “*ainda o mal continua em matar, temos muita razam de chorar sobre nós, & nam sobre elle (o arcebispo), porque he sinal, que ainda entre nós fica a causa do castigo*”<sup>38</sup>. Para que o modelo de prelado fosse devidamente chancelado, o orador elencou as qualidades morais personificadas por frei João: bom pastor, afável, cortês, benigno, manso, modesto, prudente, humilde de coração, moderado na alimentação e abstêmio. Ademais, o arcebispo era homem com larga experiência no funcionamento da burocracia diocesana e também na esfera civil<sup>39</sup>, o que lhe permitiu acumular inúmeros cargos no Reino antes de ser designado para o Brasil<sup>40</sup>.

Prêgador de três Reys, mestre jubilado, Examinador das tres Ordens Militares, Censor dos livros que se ham de imprimir; Guardião do Convento

---

pernambucanas, escreveu Rosa, em 1692 um tratado a pedido do rei de Portugal onde afirmou: “*Quem à vista de nossos peccados deixará de dar causa a ira de Deos, tomando por instrumento as causas referidas, offendido de nossas culpas? E irada a Justiça Divina da nossa contumácia, prosseguirá este contagio, em quanto se não reformarem nossos péssimos costume*”. Cf. **Trattado unico da constituçam pestilencial de Pernambuco [...]** composto por Joam Ferreyra da Rosa. Lisboa, na Officina de Miguel Manascau, 1694, p. 13. Arrematou ainda o médico: “*esta doença he particularmente castigo de Deos pelos peccados dos homens: & por isso não succede ter os remedios tanta efficacia, como nas outras enfermidades*”. *Id ibidem*, p. 57.

<sup>37</sup> SOUZA, Evergton S. Entre vênias e velas: disputa política e construção da memória do padroeiro de Salvador (1686-1760). **Revista de História**, n. 162, (1º semestre de 2010), pp. 131-150.

<sup>38</sup> **Sermão que pregou na Cathedral da Bahia de Todos os Santos o P. Alexandre de Gusmam [...] nas exéquias do Illustrissimo Senhor D. Fr. Joam da Madre de Deos [...]**. Lisboa, na Officina de Miguel Manescal, 1686, p. 14.

<sup>39</sup> PAIVA afirmou que os bispos designados para o Brasil no período de 1551 a 1706 formavam “*um conjunto de pessoas experientes e com preparação que os habilitava a poderem desempenhar com eficácia a difícil missão de que eram incumbidos*”. Cf. PAIVA, José P. Os bispos do Brasil e a formação da sociedade colonial (1551-1706). TH: vol. 14, n. 1-2 (2006). **Dossiê: Marcas da transgressão e ações monopolizadoras na formação da sociedade brasileira**, p. 21.

<sup>40</sup> Segundo Gusmão, Frei João da Madre de Deus conseguiu o prodígio de governar 65 conventos de religiosas e religiosos franciscanos em Portugal “*sem queixas, sem odio, sem invejas, sem facções*”. **Sermão que pregou na Cathedral da Bahia de Todos os Santos o P. Alexandre de Gusmam [...] nas exéquias do Illustrissimo Senhor D. Fr. Joam da Madre de Deos [...]**. Lisboa, na Officina de Miguel Manescal, 1686, p. 7. Como trata-se de um sermão laudatório, não espanta o provável exagero nos atributos e ações do prelado.

de Lisboa, & Coimbra, Provincial da mesma Provincia, & Visitador Geral da Provincia dos Algarves<sup>41</sup>

Como demonstração máxima da qualidade de prelado perfeito, frei João deu exemplo preparando-se para bem morrer. Nesse sentido, ao perceber-se gravemente enfermo, fez doação de todo seu rico pontifical a seu sucessor, desejando ser enterrado com sua ordinária indumentária franciscana. Fez também algo incomum para alguém de sua posição, mas que coadunava com sua vocação religiosa e a ordenação franciscana que abraçou: mandou lavrar pública escritura de doação de todos os seus bens ainda em vida ao invés de solicitar autorização papal para mandar redigir testamento, como era usual na época, *“porque queria morrer, como Religioso pobre, & não como Arcebispo rico”*<sup>42</sup>. O arcebispo fez questão de agir nas últimas horas de sua vida terrena como um servo dedicado a Deus e submisso à Igreja, ciente dos passos necessário para garantir-lhe uma morte redentora

a consideração da morte, que teve tam santa, & tam conforme com a vontade de Deos; porque alem de se confessar geralmente, & receber todos os Sacramentos, esteve as ultimas quatro horas da agonia, com os olhos sempre fixos, em huma imagem de Christo crucificado, sem jamais os apartar [...]; o nosso Pontifice, quis morrer com os olhos fixos no mesmo Senhor presente<sup>43</sup>

O sermão de exéquias de Gusmão é um excelente exemplo de como a morte foi usada como arma de persuasão. A obra contém em suas dezenove páginas uma forte pedagogia da morte que se apropriou de duas situações limítrofes: a devastadora epidemia de febre amarela e a morte precoce da mais alta dignidade eclesiástica do Brasil. O jesuíta soube unir esses dois elementos com maestria, usando-os como leme disciplinador e instrumento motivador para o enquadramento das atitudes diante da morte; usou a retórica e a prédica para criar um ambiente propício à disciplina tanatológica, no que, provavelmente, logrou êxito<sup>44</sup>.

Outro exemplo notável de exéquias foram as celebradas em 1745 por ocasião da morte do abade Manoel de Matos Botelho, ocorrida no ano anterior. Esse prelado nunca esteve no Brasil, nem consta que tenha sido homem de grande envergadura junto aos monarcas portugueses e sua corte, sua fama se detendo à esfera eclesiástica, mas detinha um título importante: era irmão do arcebispo em exercício da Bahia, D. José Botelho de Mattos (1741-

---

<sup>41</sup>*Id ibidem*, p. 5.

<sup>42</sup>*Id ibidem*, p. 11.

<sup>43</sup>*Id ibidem*, p. 16.

<sup>44</sup>Afirmou SARAIVA que o sermão fúnebre de Gusmão foi bastante aplaudido na Catedral da Bahia e seu sucesso pode ser medido pelo fato de ter sido mandado imprimir e feito circular Cf. SARAIVA, Harrison M. *Op cit.*, p. 42.

1760). Esse fato certamente teve enorme relevância para que D. Manoel fosse alvo de honras fúnebres dignas de um monarca. A *Relação Summária dos Funebres Obsequios* dedicados a esse prelado trás um expressivo número de obras oferecidas não apenas ao abade, mas também a seu irmão, ao autor da própria *Relação Summária*, ao mausoléu do morto, etc. São 75 títulos divididos em 16 gêneros distintos que vão do romance heróico ao madrigal, passando por epigramas, sonetos e elegia, dentre outros.

Pouco se conhece sobre a história pessoal de Manoel de Mattos Botelho. Sabe-se que nasceu em Lisboa em 17 de janeiro de 1661, dia em que se celebra o nascimento de Santo Antão. Filho de Manoel Botelho e Maria de Jesus cresceu sob a égide da vocação religiosa familiar. Manoel tinha uma avó religiosa professa, sua tia a madre sóror Antonia de Santa Maria era religiosa capucha cisterciense, que saíra de Lisboa e fundara o Mosteiro de Nossa Senhora da Assumpção do Lugar de Taboza, sendo depois eleita a primeira abadessa; o tio, frei Mathias de Mattos, religioso da Ordem de São Jerônimo, professo do Real Convento de Nossa Senhora de Belém e orador na Capela Real fora sua maior influência<sup>45</sup>; sua irmã Feliciano, tornou-se madre do Convento de São Bento de Bragança e José, irmão 17 anos mais novo, acumulou inúmeros cargos eclesiásticos no Reino até ser designado arcebispo da Bahia. Manoel estudou inicialmente no Colégio dos Jesuítas de Santo Antão e depois Teologia e Direito Pontifício na Universidade de Coimbra onde se formou em Cânones, foi abade de Duas Igrejas no Bispado de Miranda, vigário e visitador geral, governador suplente no mesmo bispado, provedor da Santa Casa de Misericórdia de Miranda, além de protonotário apostólico e comissário do Santo Ofício<sup>46</sup>. Consta ter sido grande sermonista e poeta, mas dotado de um “*insaciável desejo de viver sempre occulto aos olhos do Mundo*”<sup>47</sup>, certo dia “*por sua própria mão entregou ao fogo*” suas obras<sup>48</sup>.

---

<sup>45</sup>Sobre a influência que Mathias de Mattos exerceu na escolha de Manoel pela carreira eclesiástica, escreveu o prelado na dedicatória que fez ao tio: “*mas lembrou-me a obrigação em que estou à pessoa de V. Paternidade de todos os meus estudos deste gênero; assi pela familiaridade domestica, com que algum dia se dignou de plantar em mim esta inclinação, como pela freqüência de ouvir a V. Paternidade, em todos os Pulpitos desta Corte [...] & finalmente pela lição dos livros, & muyto mais dos manuscriptos de V. Paternidade que me licenciava a sua benevolência*”. Cf. **Sermão de Sam Bernardo no seu dia, e mosteiro novo de N. S. da Assumpção do Lugar da Taboza [...] feito pelo P. Manoel de Mattos Botelho [...] e dedicado ao Muy Reverendo P. M. Fr. Mathias de Mattos**. Coimbra, na Officina de Joseph Ferreyra, 1698, 24 p.

<sup>46</sup>MACHADO, Diogo B. **Bibliotheca Lusitana, histórica, crítica, e cronológica**. Tomo III, Lisboa: na Officina de Ignacio Rodrigues, 1752, pp. 307, 308.

<sup>47</sup>**Oração panegyrica, e histórica, nas exéquias do M. R. Abbade o Senhor Manoel de Matos Botelho [...]** por seu author Antonio de Oliveira, Lisboa, na Officina dos herdeiros de Antonio Pedrozo Galram, 1745, s/n (Censura do Ordinário, M. R. P. M. Fr. Francisco Augusto).

<sup>48</sup>*Id ibidem*, p. 13. O único sermão de Manoel de Mattos Botelho que consta ter sobrevivido às chamas foi o dedicado a São Bernardo quando da inauguração do Mosteiro de N. S. da Assunção de Taboza. **Sermão de Sam Bernardo no seu dia, e Mosteiro Novo de N. S. da Assumpção do lugar de Taboza, das religiosas capuchas da Sagrada Congregação de Cister**, feito pelo P. Manoel de Mattos Botelho. Coimbra: Officina de Joseph

Atestando o fato de que o abade Manoel nunca foi afeito a publicidade, já idoso afastou-se secretamente do cargo que exercia na Abadia de Duas Igrejas e retirou-se para o “deserto” do Bussaco, na vila do Luso, conselho de Mealhada, onde os carmelitas descalços haviam construído desde 1630 um retiro espiritual que recebia religiosos em busca de uma vida cenobítica e eremítica<sup>49</sup>. Nesse local, Manoel permaneceu alguns dias e depois partiu para o Retiro de São José de Sacavem, às margens do Tejo onde permaneceu por vinte anos, vivendo de modo ascético e em voto de silêncio, apartado do mundo. Seu desejo era continuar nessa condição até sua morte, mas teve seus objetivos frustrados ao receber convocação do patriarca de Lisboa, a pedido dos religiosos fundadores das Missões de São Vicente de Paulo, para ser diretor espiritual e mestre dos ordinandos e sacerdotes do hospício recém construído pela ordem. Cumpriu o quanto solicitado pelo patriarca e serviu durante alguns anos nesse cargo, até que com avançada idade, pediu licença das funções e retornou ao Retiro de São José de Sacavem a fim de cumprir seus dias. Morreu aos 83 anos de idade e mais de 60 de ofício religioso “*esquecido das próprias sciencias, professando só a do santo temor de Deos*”<sup>50</sup>.

A notícia de sua morte chegou à Bahia em 29/6/1744 através de carta enviada pelo cardeal de Lisboa, dirigida ao seu irmão, D. José Botelho de Matos, arcebispo da Bahia. O prelado já se recolhia ao palácio episcopal após assistir aos festejos da Irmandade dos Clérigos de São Pedro quando foi surpreendido com a informação do falecimento de seu irmão mais velho. A reação do arcebispo foi recolher-se em silêncio por três dias nos quais os sinos de todas as igrejas da Cidade da Bahia dobraram continuamente em homenagem ao falecimento de Manoel. Nas calendas de julho deu-se início às exéquias do abade, sendo homenageado em quatro diferentes ocasiões com a presença do arcebispo: no dia 01 e 13 na Catedral da Sé, no dia 17 na Igreja do Convento do Desterro e no dia 24 na Misericórdia da Bahia. Destarte, o abade foi festejado em várias igrejas da cidade, que se revezaram nas honras fúnebres durante vários dias

---

Ferreira, 1698, 24 p. Cf. CRUZ, Alexandrina (Coord. e Org.). **Tipografia portuguesa do século XVII: a Coleção da Biblioteca Nacional**. Vol. I. Lisboa: BN, 1999, p. 475.

<sup>49</sup> Maiores detalhes sobre a escolha dos carmelitas descalços pela região do Bussaco ou Buçaco, disponível em: [http://www.cm-mealhada.pt/index.php?id=194&parcat=70&par=0&acao=mostra.php&id\\_p=70](http://www.cm-mealhada.pt/index.php?id=194&parcat=70&par=0&acao=mostra.php&id_p=70). Acesso em 10/09/2013.

<sup>50</sup> **Oração panegyrica, e histórica, nas exéquias do M. R. Abbade o Senhor Manoel de Matos Botelho [...]** por seu author Antonio de Oliveira. Lisboa, na Officina dos herdeiros de Antonio Pedrozo Galram, 1745, p. 40.

seguirão com reverente emulação todos os Religiosos, Religiosas, e Parochos desta Cidade, e seus subúrbios, fazendo pelos dias seguintes nas suas Igrejas, com a mayor solemnidade, que costumaõ, os seus Officios<sup>51</sup>

A primeira delas, feita pelo Cabido da Sé no dia primeiro de julho, foi a mais simples, contando apenas com “*um nobre tumulo, ricamente coberto, e luminosamente abrazado*” ereto no pavimento da capela mor da Catedral e tendo como orador o deão da dita igreja<sup>52</sup>. Após assistir à cerimônia, D. José recolheu-se em seu palácio onde permaneceu recluso por treze dias. Aos 13 de julho apareceu novamente em público, dessa vez, para celebrar as exéquias que ele próprio havia custeado na mesma Catedral da Sé. O arcebispo mandou erigir no meio do cruzeiro da igreja um “*sumptuoso, e magnífico Mausoleu, primoroso desenho do insigne Architecto Paulo Franco da Sylva*”. Esse exuberante mausoléu era rodeado de inumeráveis luzes de velas de arratel<sup>53</sup> colocadas em castiçais de prata, archotes (fachos) e vinte e quatro tochas em soberbas tocheiras. As exéquias foram acompanhadas de quatro coros contando mais de cento e vinte eclesiásticos trajados de sobrepelizes a entoar salmos pelo morto. A missa encomendada foi proferida pelo reverendo Antonio Rodrigues Lima, deão da Sé e, na ocasião, instituiu-se a esmola de trezentos e vinte réis para quem quisesse sufragar a alma de D. Manoel. Ao final da cerimônia, o religioso carmelita frei Elias da Piedade fez a oração fúnebre, buscando com maestria, demonstrar as virtudes do morto. A cerimônia foi assistida por autoridades políticas e religiosas que incluíam o vice-rei do Brasil, André de Mello de Castro, Conde das Galveas, acomodado em uma das tribunas do oratório. O irmão do morto assistiu a cerimônia da capela-mor.

Em 17 de julho teve lugar a cerimônia de exéquias consagrada pelas religiosas de Santa Clara do Desterro que fizeram questão de homenagear o morto com vistas a seu irmão, o arcebispo, conforme esclarece o autor da *Relação Summaria* João de Barros

celebrando hum Officio muito mais solemne, do que costumaõ, ainda nas funções de sua mayor obrigação, como tendo pela mayor de todas procurar merecer a Sua Excellencia o paternal, e pastoral cuidado, com que as attende, e favorece, em tudo o que respeita à sua conservação, e observância. Ao capricho, perfeição, e aceyo, com que foraõ executadas estas Exequias, não se pôde negar todo aquelle excesso, que mayormente se devia fundar nas veneráveis circunstancias do objecto a que se dedicavaõ<sup>54</sup>

---

<sup>51</sup>**Relação summaria dos fúnebres obséquios, que se fizeraõ na Cidade da Bahia, Corte da America Portuguesa, as memórias do Reverendissimo Senhor Doutor Manoel de Mattos Botelho [...], dedicada, e offerecida ao Excelentissimo, e Reverendissimo Senhor D. Joseph Botelho de Mattos [...], por seu author o Doutor Joam Borges de Barros.** Lisboa, na Regia Officina Sylviana e da Academia Real, 1745, p. 8.

<sup>52</sup>*Id ibidem*, p. 9.

<sup>53</sup>Velas de peso igual a 459 gramas.

<sup>54</sup>**Relação summaria ...**, p. 13.

D. José Botelho de Matos desde os primórdios de seu episcopado procurou com afincado defender os conventos femininos baianos quando da implantação de novas diretrizes pela Coroa portuguesa que incluíam restrições ao ingresso de novas candidatas ao noviciado e maior ingerência sobre as finanças dos conventos<sup>55</sup>. Por anos, D. José Botelho de Matos tentou, diplomaticamente, adequar as determinações reinóis à realidade das instituições religiosas femininas baianas, quer por convicção religiosa, pessoal<sup>56</sup> ou por conhecer a fundo as necessidades locais, tornando-se um baluarte de proteção das ordens conventuais, o que explica a homenagem das clarissas ao abade Manoel, estendida ao próprio antístite.

As religiosas do Desterro utilizaram de todos os recursos disponíveis na intenção de realizar uma cerimônia ainda mais memorável do que a realizada dias antes na Catedral da Sé. Para tanto, apelaram aos sentidos dos presentes na forma de uma multidão de luzes, aromas e ornatos. A abadessa mandou construir um magnífico catafalco estrategicamente montado no centro da igreja do convento, onde poderia ser visto por todos os presentes que incluíam “*grande parte da Nobreza da nossa Corte, e innumeravel povo*”<sup>57</sup>. Houve música entoada pelas próprias religiosas, missa celebrada pelo reverendo deão da Sé, panegírico recitado pelo padre Antonio de Oliveira, sermonista dos mais conhecidos da época. Seu discurso laudatório foi dividido em duas partes, uma que exaltava a história do prelado morto e outra os seus últimos anos de vida.

As últimas exéquias de grande porte dedicadas ao abade Manoel foram na Misericórdia da Bahia a 24 de julho, custeadas, pelo menos em parte, pelo reverendo Antonio Gonçalves Pereira, cônego magistral da Sé, provedor da Santa Casa e assistente do arcebispo. Essas não poderiam deixar nada a desejar em relação às anteriores e não deixou

Determinou pois a este fim celebrar humas Exequias, que não só excedessem às que na dita Igreja em varias ocassioens se tem feito por pessoas de grande character, senão ainda a outras muitas, de que o seu catholico, e religioso animo tem sido author nesta mesma Cidade<sup>58</sup>

Um pomposo túmulo foi construído no corpo da igreja que “*podia apostar ventagens com os mais decantados Mausoléos ainda examinando a atenção os vastos Planispherios da Historia*”<sup>59</sup>, obra de outro arquiteto famoso na época Antonio Pinto que, com maestria, construiu um túmulo efêmero que deslumbrou os presentes com seus ornatos em prata e ouro, panos roxos e brocados negros. Fez-se uso de incenso em abundância e quatro coros formados

<sup>55</sup> VIVAS, Rebeca C. de S. *Op cit.*, cap. 4.

<sup>56</sup> Conforme informado anteriormente, o arcebispo tinha uma avó, tia e irmã religiosas professoras.

<sup>57</sup> **Relação Summaria...**, p. 14.

<sup>58</sup> *Id ibidem*, p. 16.

<sup>59</sup> *Id ibidem*, p. 18.

por mais de cem sacerdotes, as melhores vozes da cidade, encantaram os sentidos. Consta que as exéquias tenham sido assistidas por um grande número de pessoas que lotou o exíguo espaço da igreja da Misericórdia, deixando outro tanto de gente do lado de fora, deixando “*irremediável a desconsolação de muita plebe, a qual juntamente concorria para ver, ouvir, e admirar*”<sup>60</sup> o espetáculo fúnebre. A missa foi dita pelo mestre jesuíta Alexandre Cabral<sup>61</sup> e finalizada com o dobre dos sinos da Misericórdia e Sé. Paradoxalmente, as exéquias celebradas na Misericórdia tornaram-se “*todo este admirável objecto hum extasi da vida e huma quinta essência do olfato*”<sup>62</sup>(grifo nosso), mostrando que apesar do foco ser um defunto, o objetivo era exaltar os vivos, quer lustrando-lhes a ação de mecenato, quer direcionando as honras a um parente próximo ilustre.

Não se sabe quanto foi gasto com as exéquias de D. Manoel, mas certamente a conta deve ter sido exorbitante uma vez que envolveu inúmeras pessoas, especialistas em arte funerária, confecção de estampas, emblemas, velas, utilização de alfaias exclusivas para grandes ocasiões, uso de objetos de ouro e prata, tecidos caros e raros, contratação de sermonistas renomados, tudo para que as exéquias “*não só excedessem às que na dita Igreja em varias occasioens se tem feito por pessoas de grande caracter, senão ainda a outras muitas*”<sup>63</sup>.

Terminava assim, de forma suntuosa e contraditória, as honras em homenagem a um morto praticamente desconhecido na Cidade da Bahia, que buscou avidamente permanecer no anonimato, mas que com sua morte ganhou mais fama do que jamais almejava em vida. Fica muito claro no relato do padre João Borges de Barros que as exéquias ainda que dedicadas a D. Manoel eram direcionadas ao seu irmão, D. José Botelho de Matos, o verdadeiro alvo de tantas homenagens e investimentos fúnebres. Até mesmo o censor D. Caetano de Gouveia admitiu que as exéquias formavam uma rede de homenagens que passavam pelo morto, por seu irmão antístite até chegar ao rei de Portugal, responsável ao final pela escolha de tão perfeito religioso à frente da mitra baiana

Eraõ devidas aos grandes merecimentos do Doutor Manoel de Mattos Botelho; com tudo bem se deixa ver que também foraõ feitas em obsequio do Arcebispo seu irmão, como sinceros testemunhos da grande estimação, e do amor universal, que aquelle exemplar, e vigilante Prelado soube merecer,

<sup>60</sup>*Id ibidem*, p. 20.

<sup>61</sup>Natural de Vila de Pinhal na Província da Beira. Entrou para o noviciado jesuíta de Évora a 20/8/1725 e faleceu na casa professa de São Roque a 4/5/1756 Cf. MACHADO, Diogo B. **Bibliotheca lusitana...**, Tomo IV. Lisboa, na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1759, p. 8.

<sup>62</sup>**Relação Summaria...**, p. 18.

<sup>63</sup>*Ibidem*, p. 8.

em toda a sua vastíssima Diocese, com as suavidades, e prudentíssimas máximas, com que a governa, e com que a edifica; e também por este motivo me parece deve V. Magestade dar licença, para que esta Obra se imprima, porque resulta em gloria de V. Magestade pela sabia eleição, que fez da sua pessoa para aquella Dignidade<sup>64</sup>

Com a morte do prelado abriu-se uma oportunidade de se mostrar na prática toda a reverência a uma pessoa que ocupava um cargo proeminente, no caso o arcebispo D. José Botelho de Matos. Essa era uma faceta dos valores e práticas que pautaram a sociedade de Antigo Regime que vivia sob a égide das relações clientelares. Segundo Fernanda Olival, durante os seiscentos e o setecentos por toda a Europa Ocidental imperou a “*economia das mercês*” onde o monarca agia com premeditada liberalidade, obedecendo a preceitos que formavam uma cadeia de obrigações recíprocas que incluíam o reforço dos laços de submissão, lealdade e vassalagem mesclados com uma sempre renovada disponibilidade dos súditos em prestar mais e melhores serviços ao rei<sup>65</sup>. Essa teia relacional tornou-se a base fundadora da cultura política de Antigo Regime que se manifestava nos mais variados âmbitos da vida em sociedade, inclusive por ocasião da morte, desde que fosse dos grandes. Suas vidas deveriam servir de exemplo, suas mortes de emulação e sua memória preservada para a posteridade na forma de exéquias majestosamente celebradas.

Os arcebispos ocupavam o topo da hierarquia da Igreja, além de serem figuras eminentemente políticas, responsáveis por encaminhar pedidos e intermediar soluções para os mais diversos problemas<sup>66</sup>. A atuação episcopal, especialmente no caso dos bispos ultramarinos, perpassava estratégias persuasivas semelhantes a um jogo de xadrez, com avanços e recuos, onde o essencial era persuadir as autoridades metropolitanas a fim de angariar o necessário apoio político-institucional e financeiro para a realização da hercúlea tarefa de gerir uma arquidiocese de dimensões continentais, alocada na periferia do poder político<sup>67</sup>.

---

<sup>64</sup>**Relação Summaria...**, s/n.

<sup>65</sup>OLIVAL, Fernanda. *Op cit.*, 2001, *passim*. Ainda sobre essa questão da prestação de serviços à monarquia e a contrapartida advinda, ver: BICALHO, Maria Fernanda B. Conquista, mercês e poder local: a *nobreza da terra* na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. **Almanack Braziliense**, n.º 2, nov/2005, São Paulo: USP, pp. 21-34.

<sup>66</sup>No caso específico do Brasil, devido à distância da Metrópole, da vasta extensão territorial e dos limitados recursos, os bispos tinham prerrogativas especiais outorgadas através de bula papal datada de 28/1/1561, que os prelados reinóis não detinham, como por exemplo: absorver leigos de sentenças, censuras e penas eclesiásticas por alguns tipos de delitos, dispensar para efeito de matrimônio em alguns casos em que houvesse impedimento de consangüinidade e afinidade entre os nubentes ou nos casamentos impedidos, tendo havido entre o casal a consumação do matrimônio e descendência comprovada. Esses poderes ampliavam a jurisdição episcopal, aumentando significativamente o poder do antístite sobre a vida cotidiana das populações Cf. PAIVA, José Pedro. **Os bispos do Brasil [...]**, p. 26.

<sup>67</sup>VIVAS, Rebeca C. de S. *Op cit.*, pp. 26-37.

As três exéquias analisadas nesse capítulo preenchem os requisitos essenciais ao gênero: fazer sentir a morte, louvar o defunto e consolar os vivos<sup>68</sup>. São exemplares repletos de profundo significado pedagógico de cariz político-teológico, pois se por um lado promoviam o desengano do mundo e futilidade da vaidade humana, chamando a atenção para a preparação para uma boa morte e a salvação da alma, por outro, funcionavam como instrumentos de legitimação, afirmação e propaganda do poder constituído<sup>69</sup>. Faziam parte de um conjunto de rituais constitutivos do discurso político que contavam com o apoio da Igreja, perpetuando a memória do morto, mantendo-o vivo na lembrança de todos, atraindo para o interior dos templos, locais privilegiados para as principais manifestações de reverência aos defuntos ilustres, os fiéis, que dessa forma mantinham-se em torno do edifício religioso<sup>70</sup>.

---

<sup>68</sup>PÉCORA, Alcir. Argumentos afetivos nos sermões do Padre Antônio Vieira In: **Terceiro centenário da morte do padre Antonio Vieira. Congresso Internacional**, Braga: UCP, Província Portuguesa da Companhia de Jesus, 1999, vol. III, p. 1405.

<sup>69</sup> PAIVA, José Pedro. El Estado en la Iglesia y la Iglesia en el Estado. Contaminaciones, dependencias y disidencia entre la monarquía y la Iglesia del reino de Portugal (1495-1640). **Manuscrits: Revista d'història moderna**, n. 25 (2007), Barcelona, p. 54. Apesar de PAIVA se referir especificamente às exéquias de membros da família real, sua observação pode ser estendida às autoridades e prelados, em geral.

<sup>70</sup> LOURENÇO, Maria Paula M. *Op cit.* p. 583.